Congresso em janeiro vota questões urgentes

Nacional

■ Convocação extraordinária do Senado e da Câmara definirá, após a crise, agenda com nove prioridades do governo Itamar

MADALENA RODRIGUES

BRASÍLIA — Uma extensa pauta de projetos e emendas constitucionais vai agitar o Congresso Nacional a partir do dia 11 de janeiro, quando deputados e senadores voltam a Brasília atendendo à convocação extraordinária do presidente Itamar Franco. O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), acredita que o Congresso está pronto para votar as matérias consideradas urgentes para viabilizar a administração do novo governo a curto e médio prazos, como a reforma fiscal, a modernização dos portos e as novas regras para a concessão de serviços públicos. "Há pelo menos nove temas praticamente prontos para entrar na ordem do dia, e não será difícil votá-los, porque a maior parte das dúvidas está superada e muitos acordos estão definidos", prevê Lucena.

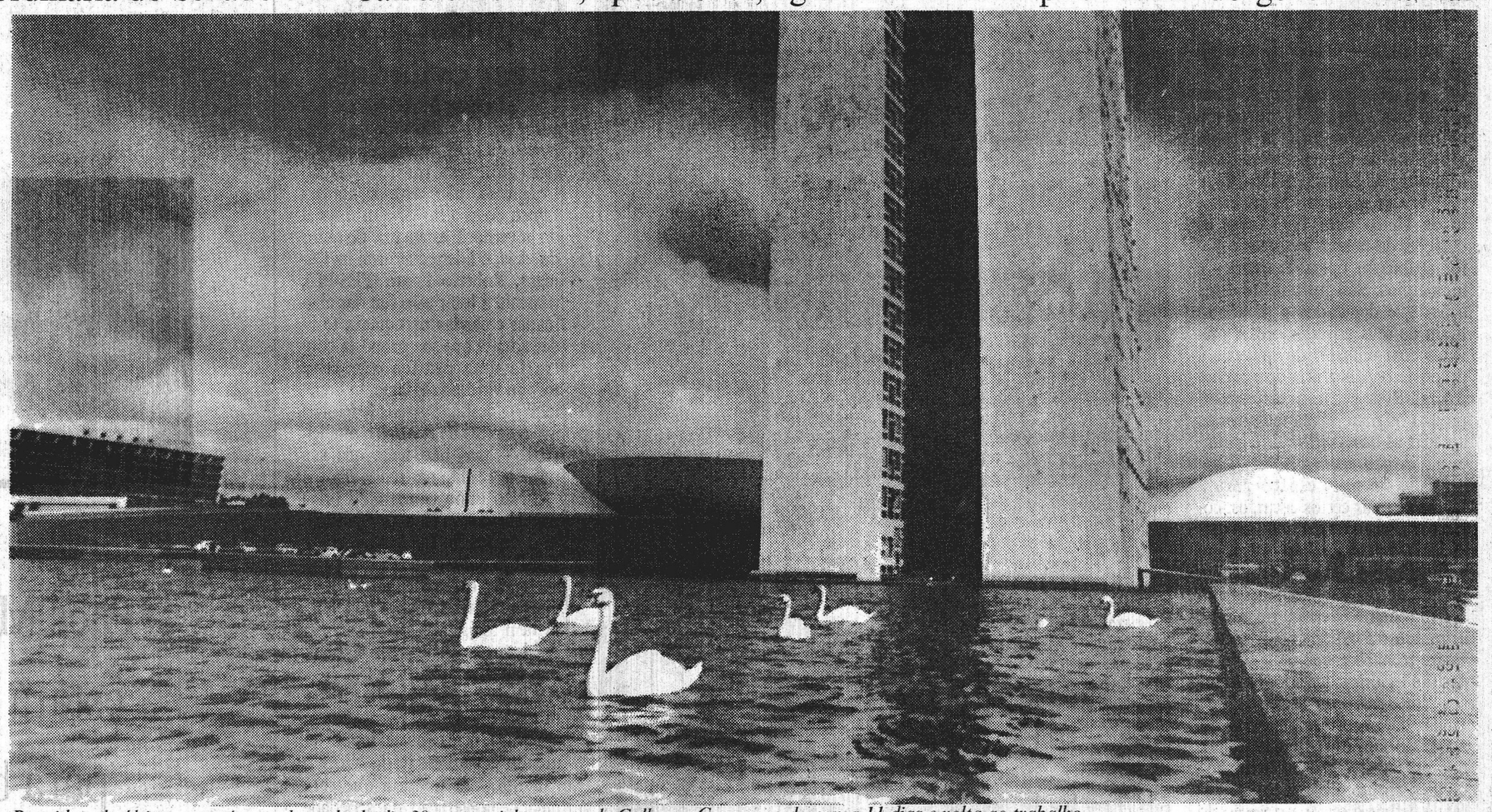
A prioridade número um, segundo Lucena, será o Orçamento Geral da União. A exemplo do que aconteceu no início de 1992, o país começará o ano sem o orçamento aprovado, e o governo ficará temporariamente limitado a usar apenas 1/12 das verbas previstas na proposta orçamentária que está no Congresso.

Garantia — A matéria, portanto, tem urgência, mas Lucena diz que já obteve do relator do projeto, senador Mansueto De Lavor (PMDB-PE), a garantia de que a versão final do Orçamento estará pronta para ser votada no dia 11. O reajuste salarial de 100% para os servidores públicos também está entre as prioridades, pois depende da aprovação do Congresso para entrar em vigor.

A reforma fiscal é outra emergência, porque se destina a reforçar, com US$ 12 bilhões adicionais, o caixa do governo este ano. Lucena está convencido de que as negociações realizadas na comissão especial da Câmara permitirão a votação a matéria sem dificuldades no Senado. Na avaliação do senador, as restrições do deputado José Serra contra o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) não representa obstáculo: "Essa é uma posição isolada do Serra, e não do PSDB como um todo", afirma Lucena.

Negociações — O projeto de modernização dos portos também está entre as prioridades listadas por Itamar Franco, mas ainda tramita no Senado, onde foi modificado, o que exige sua volta à Câmara para uma última votação. Outras duas matérias que Lucena espera serem votadas são as novas regras para licitações públicas e para a concessão de serviços públicos.

Embora o líder do PMDB acredite numa aprovação rápida, os dois projetos ainda dependem de muitas negociações. A expectativa de Lucena é que a aprovação da nova lei orgânica dos partidos e a criação da Advocacia Geral da União também possam entrar na lista de votações do Congresso no período de 20 dias de duração da convocação extraordinária.



Reunido pela última vez até a madrugada do dia 30, para o julgamento de Collor, o Congresso descansa 11 dias e volta ao trabalho

Pagamento das sessões custará Cr$ 268 bilhões

Custará Cr$ 268,6 bilhões a convocação extraordinária do Congresso Nacional anunciada pelo presidente Itamar Franco. A estimativa é do líder do PMDB, senador Humberto Lucena (PB). Essa é a soma dos subsídios que os parlamentares receberão para votar, a partir do dia 11 de janeiro, os projetos prioritários para o governo. São 584 parlamentares.

Cada parlamentar terá direito a Cr$ 23 milhões no primeiro dia de trabalho. A segunda parcela, também de Cr$ 23 milhões, somente será recebida pelos que comparecerem a pelo menos dois terços das sessões durante a convocação extraordinária. Se a convocação terminar em janeiro, o Congresso terá de fazer uma auto-convocação para a eleição das mesas diretoras, marcada para 2 de fevereiro.

Lucena: certeza de aprovação rápida

Murilo Menon — 1/4/88

A PAUTA DE PROJETOS

A seguir, o resumo dos principais projetos que irão movimentar o Congresso a partir do dia 11 de janeiro:

■ Orçamento

O Orçamento Geral da União para este ano, de Cr$ 402 trilhões, será uma das primeiras matérias a serem votadas. A versão original da proposta foi modificada pela equipe do presidente Itamar Franco, recebeu cerca de três mil emendas e ainda promete suscitar muitas discussões em plenário, antes de sua aprovação final.

■ Ajuste fiscal

O ajuste, com o objetivo de reforçar em US$ 12 bilhões o caixa do governo este ano, está na lista de prioridades, mas ainda será alvo de muita polêmica. Embora haja concordância da maioria sobre a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e sobre a Comissão sobre Valor Adicionado (CVA), não está definida a data para o início da cobrança dos novos impostos. A matéria terá votações em dois turnos, tanto na Câmara quanto no Senado.

■ Portos

A Câmara aprovou, por acordo de lideranças, um substitutivo do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) ao projeto de modernização dos portos, eliminando o monopólio dos portuários na contratação de mão-de-obra e permitindo a operação de terminais privativos. No Senado, dezenas de emendas reincluíram o monopólio dos trabalhadores. A matéria será votada no Senado e, com as mudanças, voltará à Câmara.

■ Concessões

Dois projetos sobre desregulamentação das concessões de serviços públicos tramitam no Congresso. Proposta do ex-líder do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, de outubro de 90, foi aprovada pelo Senado e modificada pela Câmara, devendo retornar à análise dos senadores. Outro projeto, de autoria do Executivo, chegou à Câmara em outubro de 91, e está em fase de discussão na comissão especial da Câmara. Em junho último, o relator Ney Lopes (PFL-RN) pediu prorrogação do prazo para apresentação de seu parecer. Os dois projetos propõem adoção de facilidades para a transferência de estradas, hidrelétricas e outros serviços à iniciativa privada mediante licitação pública.

■ Advocacia Geral

A criação da Advogacia Geral da União deverá ser votada pela Câmara ainda este mês. O projeto entrou na ordem do dia várias vezes em dezembro, mas não foi votado. A Advocacia Geral da União, criada pela Constituição de 88, ficará encarregada de defender as causas de interesse do Executivo no Poder Judiciário. A criação da carreira pelo Congresso dividirá o poder da Procuradoria Geral da República, hoje responsável pela fiscalização e denúncia do Executivo e por sua defesa. A tramitação do projeto já dura mais de um ano.

■ Patentes

É o projeto mais polêmico em tramitação. A Igreja é contra patentes para seres vivos gerados em laboratório, o que, na visão religiosa, seria o mesmo que reconhecer nos cientistas poderes de criação da vida, como se fossem deuses. Os Estados Unidos pressionam pelo reconhecimento de patentes de alimentos, medicamentos, produtos químicos e biotecnológicos. Os nacionalistas no Congresso condenam a falta de definição, no projeto do governo, do que é invenção e o que é descoberta, sem o que os países subdesenvolvidos ficariam à mercê dos países ricos até para combater doenças humanas e pragas na agricultura.

■ Reajuste

O projeto de lei que reajusta os vencimentos dos funcionários públicos federais em 100% a partir deste mês, já encaminhado pelo goveno, não terá dificuldades para ser aprovado, apesar de não haver agradado a militares e integrantes da Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Terá de ser aprovado até o dia 15, para ser pago na folha de janeiro.